


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**
Processo nº: **1002632-45.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Arrendamento Mercantil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

SONIA APARECIDA SORRECHIA propõe ação contra SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL aduzindo que firmaram contrato de arrendamento mercantil relativamente ao veículo descrito na inicial, e que o réu, diante da inadimplência da autora, propôs ação de reintegração de posse, na qual recuperou o bem. A autora, porém, tem direito à restituição da quantia de VRG que efetivamente chegou a desembolsar, durante a execução do contrato. Além disso, também tem o direito à repetição do indébito relativamente às tarifas que foram indevidamente cobradas, quais sejam, Tarifa de Avaliação de Bens, Inclusão de Gravame Eletrônico e Serviços de Terceiros.

O réu, citado, contestou (fls. 60/71), sustentando o descabimento da restituição pretendida.

**FUNDAMENTAÇÃO**
**Julgamento Antecipado**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A prova pericial contábil é desnecessária, uma vez que para a solução da lide basta a interpretação das cláusulas do contrato à luz do direito positivo (TJSP, Ap. 1.351.114-5, 14ª Câmara de Direito Privado, Carlos Von Adamek, j. 06.10.06), motivo pelo qual fica indeferida (art. 130, CPC).

**Direito da Autora à Restituição do VRG Antecipado**

Uma vez rescindido o contrato, a devolução ao consumidor do valor residual garantido pago antecipadamente é devida, porque frustrada a opção de compra e venda final.

A não-devolução implicaria a cobrança de uma verdadeira multa, embora


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

travestida, o que encontra óbice na proibição do *bis in idem*, pois a multa já está prevista contratualmente, na natureza do VRG que não possui natureza sancionatória, e no limite inscrito no art. 52, § 1º do CDC.

Nesse sentido, precedentes do STJ: EDcl no REsp 957.687/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 19/08/2010; AgRg no Ag 1383974/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2011, DJe 01/02/2012.

Direito da autora à Dedução do Valor de Venda do Veículo - Delineamento

A autora afirma que o montante a ser deduzido de seu débito, por conta da venda do veículo recuperado pelo réu, não deve corresponder ao preço pago pelo adquirente em leilão, e sim ao preço médio do referido veículo, segundo índices oficiais.

Respeitados posicionamentos em contrário, a tese viola cláusula contratual expressa e clara, previamente informada ao consumidor. A cláusula, por sua vez, não é abusiva, e deve ser observada. O argumento do autor de abusividade não prospera, ao nosso sentir. Os veículos possuem rápida depreciação, e impor ao réu o ônus de diligenciar no sentido de vender o automóvel pelo preço de mercado não guarda logicidade com a natureza do contrato celebrado e a atividade principal desempenhada pelo réu no mercado.

A cláusula pode, em um ou outro caso concreto, gerar alguma desproporção, mas não onerosidade excessiva ou iniquidade ensejadora de anulação judicial do que foi expressamente convencionado.

Simplemente ignorar a cláusula referida implica inequívoca insegurança jurídica e, em termos globais, importa em enriquecimento sem causa dos arrendatários, que sempre (independentemente do convencionado) teriam deduzido, em seu favor, um montante superior ao efetivamente recebido pelo arrendante com a venda do bem, após recuperado, em face do inadimplemento.

Não se vê justificativa para a revisão do contrato.

Tarifas e Ressarcimentos – Questões Preliminares

O STJ, órgão responsável pela uniformização na interpretação da lei


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

federal, em recurso repetitivo (REsp 1.255.573/RS, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 2ªS, j. 28/08/2013), analisando exaustivamente as questões jurídicas em debate, firmou algumas premissas importantes.

A respeito, salientou-se que a Lei nº 4595/64, recepcionada pela CF, atribuiu ao CMN a competência para dispor sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao BACEN a atribuição de fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN, de modo que são legítimos e devem, salvo se ilegais, ser respeitados os parâmetros estabelecidos por tais entidades.

Sob tal panorama, quando em vigor a Res. CMN 2.303/1996, prevaleceu a posição estatal não-intervencionista a respeito da cobrança de tarifas e ressarcimentos, facultando-se às instituições financeira a cobrança de quaisquer tipos de serviços (salvo os que a norma definia como básicos), desde que prevista em contrato e prestados os serviços ao cliente.

Todavia, com a vigência da Res. CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a houve mudança de postura, pois a cobrança ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora do BACEN ou CMN.

Ao sentir do juízo, acertou o STJ ao analisar a questão sob o prisma da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e órgãos administrativos.

É que, salvo casos concretos em que, excepcionalmente, seja constatado abuso da instituição financeira que importe em onerosidade excessiva ao consumidor, não se vê norma do CDC que nos possa levar, em abstrato, à conclusão de revogação ou não aplicação às relações de consumo, do regramento imposto pelo CMN e BACEN.

A afirmação, que às vezes se vê, no sentido de que tais tarifas, cobranças ou ressarcimentos deveriam ser suportados pelos próprios juros remuneratórios, de modo que seria proibido cobrá-los separadamente, com as vênias merecidas, não parece encontrar apoio em nosso sistema jurídico, inexistindo norma que possa levar-nos a tal conclusão.

As receitas das empresas advêm do que lhe pagam seus consumidores, suas despesas comumente são embutidas no preço de seus produtos e serviços, são repassadas ao consumidor. Isso é natural, inerente à atividade empresarial, inerente à essa relação jurídica. Inexiste e seria absurda norma que proíba o fornecedor de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

repassar ao consumidor as suas despesas. Indiferente, parece-me, se este repasse é efetuado diretamente no preço (juros remuneratórios) ou em separado.

Na verdade, a cobrança em separado fomenta a transparência na relação, e possibilita a cobrança individualizada, vg. não se cobra tarifa de avaliação de bem no caso de contrato em que não se procede a tal avaliação.

As cláusulas contratuais, nesses casos, não se enquadram em quaisquer das hipóteses de abusividade previstas no art. 51 do CDC.

Suas disposições, veja-se, não guardam mínima pertinência com as questões tratadas pelos incs. I, II, III, VI, VII, VIII, XI, X, XI, XIII, XIV e XVI do art. 51 do CDC.

Quanto ao inc. IV ("estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade"), não se vislumbra iniquidade, abusividade ou má-fé nas cláusulas, pois resguardada a prévia informação do consumidor, que se comprometeu a pagar tais encargos, e nenhum dos direitos anexos concernentes à cooperação contratual e à lealdade pode ser tido como violado pelo fornecedor.

Quanto ao inc. XII ("obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação..."), é preciso salientar que as tarifas discutidas não se fundam nas despesas com a cobrança do consumidor, e sim em procedimentos da fase inicial de contratação, de modo que também mostra-se impertinente o dispositivo com as cláusulas debatidas.

E, por fim, no que concerne ao inc. XV ("estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor"), não se vê desobediência ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor instituído pelo art. 105 do CDC.

Sendo assim, válidas e hígidas tais cláusulas contratuais, desde que compatíveis com as normas do CMN e do BACEN.

Ao final, cumpre rememorar que, em casos específicos, não se descarta a possibilidade de extirpação de tarifas, cobranças ou ressarcimentos contratados, desde que seja constatada, em concreto, a onerosidade excessiva com prestações desproporcionais (art. 6º, V; art. 51, IV; CDC) ou a ausência de amparo nas normas do CMN e do BACEN, para a cobrança.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Quanto ao caso da onerosidade excessiva, porém, há que se salientar que compete ao usuário do serviço demonstrá-la concretamente, não se podendo admitir a revisão com fundamento em argumentos abstratos, dissociados do caso concreto.

Vejamos, então, cada cobrança, individualmente considerada.

No caso específico dos autos, observamos no contrato que foram previstas as seguintes tarifas: **INSERÇÃO DE GRAVAME** e **SERVIÇO PRESTADO PELA CORRESPONDENTE DA ARRENDADORA**.

A inicial menciona outras tarifas, mas elas não foram previstas ou cobradas.

Serviços de Terceiros– Registro de Contrato - Inserção de Gravame - Promotores de Vendas

O ressarcimento de despesas com terceiros, inclusive com a mesma redação, era autorizado pelo CMN e BACEN pela Res. 3518/07 (art. 1º, § 1º, III) e pela Res. 3919/10 (art. 1º, § 1º, III), tendo os dois dispositivos a mesma redação:

III - não se caracteriza como tarifa o **ressarcimento de despesas decorrentes de prestação de serviços por terceiros** aos clientes ou usuários, pagas diretamente aos fornecedores ou prestadores do serviço pelas instituições de que trata o caput, **podendo ser cobrado** desde que devidamente explicitado no contrato de operação de crédito ou de arrendamento mercantil"

Todavia, o inc. III do § 1º do art. 1º da Res. 3919/10 foi revogado pelo art. 23, IV da Res. 3954/11, que, em relação essa revogação, entrou em vigor na data de sua publicação, ou seja, 24.02.11.

Sendo assim, pela normativa do CMN/BACEN, o ressarcimento com terceiros, previsto no contrato, pode ser cobrado até 24.02.11; não pode ser cobrado a partir daí.

Na hipótese em tela, estamos diante de contrato firmado até 24.02.11, logo, legítima a cobrança, estajam os serviços prestados pelos terceiros devidamente explicitados no contrato (vg registro de contrato, inserção de gravame, promotor de venda), ou não.

Quanto ao segundo caso, não se ignora que expressões genéricas como "despesas com terceiros", de fato, não são claras quando à natureza do serviço


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

prestado, pelo terceiro, cujo ressarcimento se está cobrando do usuário do serviço de crédito.

Todavia, com as vênias a entendimento contrário, parece-nos que, no caso específico, a insuficiência da informação não é suficiente para caracterizar a abusividade da cobrança. Há que se guardar sempre a razoabilidade e se considerar a inteireza do fenômeno sob julgamento. Afinal, o aspecto mais importante da cláusula, qual seja, a circunstância de que a despesa está sendo repassada ao consumidor, foi previamente informada a este, com absoluta clareza. Assim também o valor do repasse. O que significa que a escolha do consumidor de assumir o encargo foi livre e suficientemente esclarecida, não havendo justificativa para desconsiderar a sua manifestação.

Outrossim, o cliente que contrata o serviço bancário, bem ciente da cobrança da tarifa, e, depois, ingressa em juízo requerendo a devolução, como se surpreso estivesse, evidentemente não respeita a indispensável boa-fé objetiva que deve permear toda contratação. Trata-se de violação aos deveres anexos de boa-fé objetiva, também chamadas figuras parcelares ou reativas, em evidente *venire contra factum proprium*, sob a modalidade *tu quoque*, não sendo dado ao consumidor, ou a quem quer que seja, agir de maneira desleal e de inopino, surpreendendo a outra parte com seu comportamento contraditório.

Alerte-se que o princípio da boa-fé objetiva é via de mão dupla, aplicando-se indistintamente a qualquer pessoa capaz e que se proponha a assumir obrigações por meio de um contrato.

Também a este juízo não convence a alegação de que se deva emprestar efeitos retroativos a essa normativa atual do CMN/BACEN. O avanço dessas novas regras é indiscutível, mas seus efeitos são e devem ser, certamente, prospectivos, pena de se gerar ofensa à segurança jurídica e, especialmente, às garantias do direito adquirido e do ato jurídico perfeito, de proteção constitucional (art. 5º, XXXVI, CF).

### DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para, rejeitados os demais pedidos, **DECLARAR** o direito da autora à **RESTITUIÇÃO** do que pagou ao réu a título de antecipação de VRG, com atualização monetária pela Ttabela do TJSP desde cada desembolso, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Tal valor poderá ser compensado com o que a autora deve ao réu.

Houve sucumbência parcial, na mesma proporção. Cada parte arcará com 50% das custas e despesas, observada a AJG concedida à autora. Os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 19 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**